

Ativismo de Dados e Jornalismo: Dilemas da Cobertura da Questão Transgênero no Brasil

Activismo de datos y Periodismo: dilemas de la cobertura periodística de la cuestión transgénero en Brasil

Data Activism and Journalism: Dilemmas in the coverage of the Transgender Issue in Brazil

BEATRIZ BERALDO¹, VERÔNICA TOSTE DAFLON²

Resumo: Este artigo investiga tensões entre o jornalismo e o ativismo de dados observando a produção civil de estatísticas para suprir lacunas em dados oficiais. Analisamos a origem e a metodologia na base de três estatísticas presentes na cobertura jornalística da pauta transgênero no Brasil: a expectativa de vida de 35 anos, a taxa de 90% na prostituição e a liderança brasileira no ranking de assassinatos. Embora tais estatísticas moldem enquadramentos noticiosos e práticas estatais, elas não atendem a padrões de rigor metodológico. O trabalho inova ao examinar o ativismo de dados sob a ótica do método, e não apenas dos seus fins emancipatórios. Conclui-se que, embora essa prática seja útil para visibilizar demandas sociais, a assimilação dos dados pelo jornalismo sem checagem pode fomentar, paradoxalmente, desinformação e estigmas de marginalidade e desvio social.

¹ Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP). Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Email: beatriz.beraldo@fac.unb.br.

² Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-Uerj) e Mestre em Sociologia pela mesma instituição. Professora do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Jovem Bolsista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). As autoras agradecem à FAPERJ pelos recursos que viabilizaram essa pesquisa. Email: veronicatoste@id.uff.br.

Palavras-chave: Ativismo de dados; jornalismo; transgênero; desinformação.

Resumen: Este artículo investiga las tensiones entre el periodismo y el activismo de datos al examinar la producción de estadísticas por parte de la sociedad civil para subsanar vacíos en los datos oficiales. Analizamos el origen y la metodología que fundamentan tres estadísticas prevalentes en la cobertura periodística de la cuestión transgénero en Brasil: la esperanza de vida de 35 años, la tasa de prostitución del 90% y el liderazgo brasileño en el ranking de homicidios. Aunque dichas estadísticas configuran los encuadres noticiosos y las prácticas estatales, no satisfacen los estándares de rigor metodológico. Este trabajo innova al examinar el activismo de datos bajo la lente del método, en lugar de centrarse únicamente en sus fines emancipatorios. Se concluye que, si bien esta práctica resulta útil para visibilizar demandas sociales, la asimilación de los datos por parte del periodismo sin verificación previa fomenta, paradójicamente, la desinformación y refuerza estigmas de marginalidad y desviación social.

Palabras clave: Activismo de datos; periodismo; transgénero; desinformación.

Abstract: This article investigates the tensions between journalism and data activism by examining the civilian production of statistics designed to fill gaps in official data. We analyze the origins and methodologies underpinning three statistics prevalent in the news coverage of transgender issues in Brazil: the 35-year life expectancy, the 90% prostitution rate, and Brazil's leading position in homicide rankings. Although these figures shape news frames and state practices, they do not adhere to standards of methodological rigor. This work innovates by examining data activism from the perspective of method, rather than focusing solely on its emancipatory goals. It concludes that, while this practice helps bring visibility to social demands, the unverified assimilation of such data by journalism paradoxically fosters misinformation and reinforces stigmas of marginality and social deviance.

Keywords: Data activism; journalism; transgender; disinformation.

Introdução

A incorporação de demandas da sociedade civil à agenda formal de governo — processo conhecido como construção da agenda (*agenda building*) — exige legitimação pública, especialmente quando implica mudanças substantivas nas leis e políticas públicas. Nesse contexto, o jornalismo é fundamental, pois define para o público quais problemas são considerados “reais” e merecem discussão e ação (*agenda setting*). Por essa razão, grupos ativistas

frequentemente buscam influenciar a imprensa com ferramentas como *press releases* e dossiês, comunicando suas histórias e traduzindo seus interesses na forma de problemas sociais (Cobb et al., 1976).

Atualmente, setores da sociedade civil também produzem seus próprios dados. A prática já ganhou nomes como “estatativismo”, designando o uso militante da quantificação para fins de emancipação social (Didier et al., 2021), e “ativismo de dados”. Este último termo é mais abrangente, pois descreve tanto a produção independente de dados por indivíduos e organizações da sociedade civil (“ativismo de dados proativo”) como também ações de contestação ao monitoramento e coleta de dados da população pelo Estado e corporações (“ativismo de dados reativo”) (Milan et al., 2016).

Neste artigo, focamos em um caso de ativismo de dados “proativo”, ou “estatativismo”. A literatura ressalta o potencial emancipatório desse tipo de ativismo (Didier et al., 2021), a criação de novas “culturas epistêmicas” (Milan et al., 2016) e a emergência de novos atores políticos e formas de ação (Beraldo et al., 2019). Porém, não costuma abordar o rigor metodológico dos dados resultantes. Didier et al. (2021), por exemplo, examinam desde usos inovadores de estatísticas oficiais até a construção de indicadores alternativos para temas negligenciados. Assim, acabam aglutinando formas de produção de dados diversas, que incluem tanto iniciativas sujeitas a controles metodológicos e institucionais como dados construídos sem tais mediações. Eles se abstêm de verificar a validade dos resultados ou de analisar casos de quantificação militante que levam a erro e desinformação.

Gray et al. (2016) avançam a discussão ao condicionarem o sucesso do ativismo de dados à sua solidez metodológica. Diferentemente de abordagens que focam apenas nos objetivos emancipatórios do ativismo, eles apontam que, embora dados imprecisos possam gerar debate e chamar atenção para problemas urgentes, a mudança efetiva de políticas públicas exige rigor. Ao analisarem casos como os testes de alfabetização na África Oriental e a contagem independente da letalidade policial nos Estados Unidos, eles concluem que a legitimação das demandas depende de metodologia confiável e da construção de alianças com especialistas e instituições com credibilidade, que forneçam protocolos de verificação.

A divulgação das estatísticas geradas pelo ativismo de dados pela imprensa é mais um ponto de atenção. A teoria Agenda Setting explica como a imprensa define o que é notícia: através do *enquadramento* dos fatos, o jornalismo dá uma moldura aos acontecimentos, estabelecendo *como* eles entram no debate

público. Essa construção hierarquizada acaba promovendo discussões sociais que são, ao mesmo tempo, encapsuladas pelos temas impostos e limitadas pelo nosso desconhecimento dos temas deixados de fora (Barros Filho, 1996). Este artigo contribui para o debate sobre credibilidade jornalística e desinformação a partir de um ângulo pouco explorado pela literatura: o enquadramento noticioso de dados produzidos por ativistas.

Em uma definição basilar, Luciano Floridi (1996) observou que a desinformação ocorre quando o processo de informação é, de algum modo, defeituoso. No contexto contemporâneo, o conceito ganhou densidade. Para Wardle et al. (2017), as definições de desinformação variam conforme o grau de intencionalidade de provocar o engano. A fim de se distanciar da problemática que envolve identificar a “intenção de enganar”, Recuero et al. (2025) analisaram as agências de checagem observando como elas não apenas revisam conteúdos noticiosos com previsão de engano, mas, principalmente como, ao fazê-lo, definem o que é um conteúdo (potencialmente) desinformativo. Assim, usamos a noção de desinformação em sentido *lato sensu* para ressaltar que a falta de checagem da qualidade dos dados produzidos por ativistas — seja pelas agências *fact-checking*, seja pelos próprios jornalistas — torna necessária a reflexão sobre suas consequências no tecido social, independente da intenção de causar desinformação.

Esta pesquisa apoia-se em um caso apontado anteriormente por Cunha (2023): a circulação de dados estatísticos sobre a população transgênero no Brasil. O caso é de particular interesse, pois como até hoje não foram divulgados dados nacionais oficiais sobre essa população, aumentam as chances de organizações ativistas preencherem essa lacuna. Cunha (2023) apontou que não existe base factual para a afirmação amplamente repetida de que a expectativa de vida das pessoas trans no Brasil é de 35 anos. Segundo ele, a divulgação dessa afirmação pode minar a credibilidade do ativismo LGBTIAPN+ e alimentar estigmas de marginalidade e desvio social.

Exploramos a incorporação de dados dessa natureza ao jornalismo e também discutimos como a relação entre organizações ativistas e jornalísticas pode produzir impactos na agenda formal do Estado. Para tanto, o trabalho recorre à pesquisa documental e à investigação das fontes e metodologia dos dados sobre a população transgênero em circulação na imprensa do Brasil. O artigo possui cinco partes, em que apresentamos nossa metodologia, investigamos as fontes das três afirmações mais recorrentes sobre a população trans no jornalismo, examinamos os processos de construção dos dados,

exploramos seus impactos na agenda formal do Estado e, por fim, discutimos os resultados.

A pesquisa aponta que dados oriundos do ativismo têm influenciado o enquadramento noticioso, as leis e as políticas públicas. Argumentamos que, embora o ativismo de dados seja importante, sua incorporação pelo jornalismo exige apuração rigorosa para evitar a propagação de narrativas distorcidas e a erosão da confiança, tanto nas instituições jornalísticas quanto nas próprias pautas defendidas.

Metodologia

Para identificar as afirmações mais recorrentes sobre as pessoas transgênero no jornalismo brasileiro recorreremos a ferramentas de inteligência artificial (IA). A partir dos resultados, selecionamos as três principais afirmações e levantamos notícias nos principais portais do país para uma análise quali-quantitativa. Na sequência, seguimos as fontes indicadas nas matérias, identificando que as afirmações se originaram no ativismo de dados. Por fim, através da pesquisa documental, investigamos a robustez metodológica dessas três afirmações.

Afirmações sobre a situação da população transgênero

Na primeira etapa, utilizamos ferramentas de IA conhecidas como *Large Language Models* (LLMs), treinadas com diversas fontes e alimentadas por notícias e artigos dos principais veículos nacionais e internacionais. No Brasil, são utilizados no treinamento a Folha de S. Paulo, O Estadão, O Globo e Valor Econômico e portais de notícias como G1 (Globo), UOL, R7 (Record), Terra e iG. Usamos quatro ferramentas — ChatGPT, Copilot, Google AI Studio e Gemini — e inserimos no *prompt* o seguinte comando: “Com base nos jornais e notícias, informe a atual situação e os indicadores socioeconômicos de pessoas trans e travestis no Brasil”. Em seguida, sistematizamos o conteúdo, comparando as respostas obtidas e produzindo uma tabela.

Tabela 1: Comparação das respostas ao *prompt*.

	Liderança em assassinatos no mundo	Baixa expectativa de vida	Alta porcentagem na prostituição	Dificuldades de acesso à educação formal
Co-Pilot	Menciona	Não menciona	Não menciona	Menciona
Google AI Studio	Menciona	Menciona	Menciona	Menciona
ChatGPT	Menciona	Menciona	Menciona	Menciona
Gemini	Menciona	Menciona	Menciona	Não menciona

Fonte: Elaboração própria.

A afirmação mais recorrente é que “o Brasil é o país que mais mata transgêneros e transexuais no mundo”. As demais afirmações são mencionadas por três das quatro IAs. Decidimos investigar as duas outras afirmações que mencionam dados quantitativos: aquela já discutida por Cunha (2023), segundo a qual “a expectativa de vida de pessoas transgênero no Brasil é de 35 anos” e a de que há um elevado percentual (90%) de pessoas trans na prostituição.

O uso dos *Large Language Models* em pesquisas exige cautela. Esses modelos não “entendem” a pergunta feita, mas apenas preveem – com base em padrões matemáticos – a resposta mais provável no *corpus* de textos analisados. Por limitar-se a fazer essa operação, eles não checam informações e, não raro, cometem erros graves (Garry et al., 2024). Entretanto, é essa característica que torna o uso das IAs pertinente para este estudo. Por buscarmos não a resposta “correta”, mas a resposta “mais provável” no *corpus* usado para o treinamento, os modelos nos servem de termômetro para a recorrência das afirmações: se as IAs repetem determinados dados, é porque eles ocupam um espaço dominante nos textos jornalísticos e na web.

Presença das afirmações em grandes veículos de jornalismo

Verificamos também se as respostas da IA correspondem ao conteúdo dos textos jornalísticos. Para tal, utilizamos o Google em janela anônima para checar a recorrência das seguintes afirmativas: 1) No Brasil, a expectativa de vida para as pessoas trans é de 35 anos; 2) No Brasil, a maioria da população trans está na prostituição; 3) O Brasil é o país que mais mata pessoas trans. Utilizando essas entradas, obtivemos os seguintes resultados (Tabela 2), que mostram que as afirmações são corriqueiras nos jornais:

Tabela 2: Recorrência das afirmações pesquisadas em 25/05/2025.

Afirmação	Número de resultados totais do buscador	Número de resultados da aba de notícias
No Brasil, a expectativa de vida para as pessoas trans é de 35 anos.	788.000	121
No Brasil, a maioria da população trans está na prostituição.	2.830.000	1.250
O Brasil é o país que mais mata pessoas trans.	11.000.000	7.120

Fonte: Elaboração própria.

Na sequência, utilizando a ferramenta *Power Query* do software *Excel*, extraímos os títulos (h1) e os subtítulos (h2) dos resultados encontrados na aba de notícias. Analisamos todas as 50 primeiras ocorrências de cada busca, apenas eliminando as ocorrências duplicadas. Como o buscador não entrega os resultados de forma cronológica, foi considerado o recorte temporal de 2018 a 2025. Assim, foi possível observar a frequência das notícias nos portais mais relevantes do país – *O Globo*, *G1*, *CNN Brasil*, *Uol*, *Portal Terra* e *Folha de São Paulo* –, e neles concentramos nossa análise. A escolha dos veículos deve-se à sua abrangência e relevância na agenda pública.

Iniciamos a coleta em 2018 usando a terminologia “pessoas trans” pelo seguinte motivo: os anos de 2014 a 2017 são considerados o momento crítico para a virada cultural em torno da questão transgênero nos Estados Unidos, ganhando capa em revistas como a *Time Magazine*, *Vanity Fair* e *National Geographic*. Em 2020, ao concorrer nas primárias do Partido Democrata, Joe Biden escreveu em sua rede social que o tema era a “grande questão de direitos civis do nosso tempo” (Byrne, 2024, p. 2). Como isso se traduziu em interesse público mais geral? A ferramenta Google Trends³ aponta que o primeiro pico de interesse dos usuários dos EUA pelo termo “transgender” ocorreu em 2015, com sucessivos picos em 2016 e 2017.

No Brasil, a questão se embaralha com outra nomenclatura. Aqui a categoria “travesti”, mais antiga, difere da categoria “transexual”, promovida pela psiquiatria estadunidense (Henriques et al., 2019), e do termo “transgênero”, oriundo do ativismo internacional no final dos anos 1990. Após longas disputas pelas categorias, construiu-se um consenso parcial nos movimentos sociais em torno do guarda-chuva “pessoas trans” (Carvalho et al., 2013). No Brasil, o

³ Google Trends. Disponível em: <<http://trends.google.com>> Acesso: 25/05/2025.

primeiro pico de interesse pelo termo, conforme identificado pelo Google Trends, deu-se apenas em 2017. Iniciamos a coleta em 2018 para dar tempo para que o termo se sedimentasse na imprensa. Assim, pudemos trabalhar com a categoria discursiva “trans”, como é feito pelas organizações da sociedade civil e pelo jornalismo profissional no Brasil.

Observamos que nem todos os artigos jornalísticos que analisamos citam as fontes das estatísticas que veiculam. Alguns tratam os fatos como conhecimento comum ou verdade baseada em relatos de entrevistados. Quando as fontes são mencionadas, frequentemente remetem aos dossiês da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, uma organização não governamental dedicada a campanhas, denúncias, *advocacy* e produção de dados. Cabe mencionar que o lançamento oficial das duas últimas edições dos dossiês da ANTRA aconteceu no Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Além disso, o Ministério das Mulheres anunciou⁴ um acordo de cooperação com a ONG, prevendo ações conjuntas para “levantamento e compartilhamento de dados”.

Como o objetivo principal do artigo é investigar o uso de fontes de setores do ativismo de dados no jornalismo profissional, nas próximas seções analisamos seu rigor metodológico considerando as seguintes hipóteses: 1) Há uma possível conexão entre as informações mais divulgadas e a produção de dados realizada pela ANTRA; 2) a ONG tem obtido sucesso em seu ativismo de dados, influenciando o enquadramento jornalístico; 3) como não existem dados oficiais, a divulgação de estatísticas pode incorrer em desinformação, com potencial prejuízo para a imagem da população trans.

Análise dos dados

Expectativa de vida

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não coleta dados sobre identidade de gênero, e os sistemas de informação sobre mortalidade não identificam pessoas trans. ONGs ativistas se apoiam nesse fato para justificar a necessidade de produção independente de dados, um traço comum a outras iniciativas de estatativismo (Didier et al., 2021). Esse é o caso da

⁴ Disponível em: <<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/janeiro/parceria-entre-mmulheres-e-antra-busca-promover-seguranca-dignidade-e-direitos-de-mulheres-trans-e-travestis-1>>. Acesso: 25/05/2025.

informação sobre a expectativa de vida de 35 anos para pessoas trans no Brasil, cuja fonte são os dossiês da ANTRA. Em seu primeiro dossiê, a ANTRA (2018) cita como referência o livro “Travestis envelhecem?” de Pedro Antunes, publicado em 2013. Porém, em entrevista, o próprio autor esclarece que a informação não é resultado de sua pesquisa, mas sim de uma declaração feita por Keila Simpson, então presidente da ANTRA. O pesquisador, cuja área de atuação é a psicologia clínica, afirma:

O que há no meu livro é uma entrevista com Keila Simpson, que fala algo por volta daquele número. O correto seria não me citar como fonte direta ou dizer que eu afirmo, mas sim falar que o dado é fornecido por ela em entrevista para meu estudo, o qual se tornou livro (Guia Gay de São Paulo, 2021, np.).

Há um problema de circularidade na referência: Keila Simpson, representante da ANTRA, forneceu uma entrevista a um pesquisador; essa entrevista foi publicada em livro; em seguida, a própria entidade cita o livro como fonte. Dessa forma, a informação original emanou da própria ANTRA, mas a apresentação da referência do livro de Pedro Antunes no dossiê gera a impressão equivocada de que se trata de pesquisa externa e independente. Destacamos ainda que o dado é refutado por outra ONG⁵, a Rede Trans Brasil. Sayonara Nogueira – que reivindica a autoria do primeiro relatório de assassinato de pessoas trans no Brasil – adverte que o número é uma média simples da idade que as pessoas trans possuíam quando foram assassinadas em determinado ano. Nogueira ressaltou que a divulgação dessa estatística falsa é perigosa:

Em 2016, eu escrevi o primeiro relatório de assassinato de pessoas trans no Brasil, eu sou a autora (...). A taxa de idade das vítimas é 35 anos de idade (...) Eu não posso basear a expectativa de vida de uma população, de um país, de uma dimensão continental, que a gente não sabe quantas nós somos, porque não existe nenhum dado oficial sobre isso, e falar que é a expectativa de vida. Isso é tão perigoso que já teve meninas jovens que chegaram pra mim e falaram “eu sei que vou viver até os 35 anos de idade” (Projeto Somos, 2023).

De fato, a expectativa de vida é um conceito complexo que requer dados abrangentes sobre uma população ao longo do tempo – e que não estão disponíveis. A média de idade das vítimas, por outro lado, reflete apenas a faixa

⁵ Identificamos que a informação da expectativa de vida de 35 anos também é refutada por especialistas como o biólogo Eli Vieira (2021) e pelo professor de Direito Leandro Cunha (2023). Além disso, a associação MATRIA – Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil – também se dedica ao ativismo de dados, produzindo pesquisas de opinião, análise de dados governamentais e relatórios sobre os dados a respeito da população trans – em alguns dos quais refuta os dados da ANTRA.

etária mais afetada pela violência letal. Há também um dilema na consolidação dessa estatística: a ausência de dados oficiais é, em parte, uma consequência não intencional de objetivos alcançados pelos próprios movimentos sociais. Paradoxalmente, a luta para intervir na informação sobre o sexo em registros civis e sistemas oficiais trouxe novos e complexos desafios metodológicos para o acompanhamento e a produção de estatísticas precisas sobre as pessoas autoidentificadas como trans.

Como no Brasil a autodeclaração é suficiente para mudar o sexo em documentos⁶ – e, uma vez modificado, não há acréscimo de informação que permita reconhecer a pessoa como trans –, não há subsídios para pesquisas e produção de dados oficiais e confiáveis. Esse diagnóstico é compartilhado por grupos ativistas como a Rede Trans Brasil, que alertam para o fato de que a retificação do sexo nos cartórios, sem o devido registro da identidade de gênero, faz, por exemplo, com que mortes violentas sejam contabilizadas de forma genérica, ocultando a condição da vítima (Nogueira et al., 2026). O cenário revela um dilema do estatativismo (Didier e Bruno, 2021) que não é trivial: a intervenção nas práticas estatais gerou um apagamento estatístico coletivo, permitindo que dados frágeis preenchessem essa lacuna.

Prostituição

Outra afirmação que viceja na imprensa é que a maioria da população trans está na prostituição. A procedência deste dado é também da ANTRA. Em 2018, a ONG apresentou a informação de que “dados da ANTRA estimaram que 90% da população Trans trabalha na prostituição” (ANTRA, 2018, p. 118). Segundo a associação, “(...) esses números foram coletados em encontros nacionais que realizamos a cada ano” (ANTRA, 2018, p. 118). Verifica-se, assim, que os dados foram obtidos em encontros de ativistas – uma amostra de pessoas com características e motivações políticas semelhantes.

Nos dossiês seguintes, de 2019 e 2020, a associação passou a citar o relatório de 2018 como fonte circular. Porém, ainda em 2020, também citou “enquetes realizadas em redes sociais” como base para a estatística, sem especificar a metodologia. Assim, a ANTRA (2021) afirmou que “se mantém atual a estimativa de que 90% das travestis e mulheres trans utilizam a

⁶ “STF reconhece a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo”. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>>. Acesso: 17/06/2025.

prostituição como fonte primária ou complementar de renda”, usando o resultado da enquete online com participação voluntária de “(...) 2.535 pessoas, que responderam cinco perguntas” (ANTRA, 2021, p. 43).

Falta rigor estatístico: encontros de ativistas e enquetes em redes sociais são grupos autosselecionados, que não se qualificam para compor uma amostra de pesquisa quantitativa. Além disso, a associação faz referências circulares: usa afirmações próprias como prova de sua veracidade, sem apresentar metodologia ou dados verificáveis.

Observa-se ainda uma possível diferença de amostra: quando, em 2018, afirma-se que “90% da *população de Trans*” está na prostituição e, em 2023, que “90% das *travestis e mulheres trans* utilizam a prostituição como fonte (...) de renda”, torna-se possível inferir que em 2018 também fizeram parte da amostra homens trans e não-binários. Já em 2023, a estatística refere-se apenas a mulheres trans e travestis. Isso fragiliza a credibilidade dos dados, por se apoiarem em categorias ambíguas e sem continuidade.

Apesar da falta de dados nacionais, algumas pesquisas locais indicam números menores. Em 2021, um mapeamento não probabilístico das pessoas trans na cidade de São Paulo revelou que 34% dos entrevistados usavam a prostituição como fonte de renda – um número expressivo, mas distante dos 90% (CEDEC, 2021). Já em 2022, o Projeto Transvida realizou uma pesquisa com 147 pessoas trans e os dados mostraram que a prostituição era a atividade remunerada de apenas 14,3% dos entrevistados (Lisboa, 2022). Finalmente, uma pesquisa do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF), feita com metodologia robusta por um órgão oficial de governo, permitiu entender melhor a realidade das pessoas transidentificadas no DF. Embora não esclareça o tipo de trabalho remunerado, a pesquisa aponta que 78,6% das pessoas autodeclaradas trans possuem empregos formais e 16,9% empregos informais (IPEDF, 2021). Ainda que alguns desses empregos informais possam ser na prostituição, não há evidência de que a maioria dependa dessa atividade.

Nota-se a dificuldade de aferir com segurança a quantidade de pessoas trans que estão na prostituição. A metodologia empregada pela ANTRA (enquetes online e em eventos) gera dados úteis para iniciar debates, mas insuficientes para outros fins (Gray et al., 2016). O equívoco do jornalismo consiste em tratar uma sondagem de opinião interna ao grupo como dado rigoroso, capaz de figurar em manchetes e, por extensão, orientar o debate público e guiar a ação do Estado.

Número de assassinatos

A afirmação de que o Brasil é o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans é a que alcança mais resultados no Google e mais menções pelas IAs. Combinada ao dado da baixa expectativa de vida, essa afirmação constrói um imaginário de violência extrema. Na imprensa⁷, encontramos novamente os dossiês da ANTRA como referência. Porém, a busca pela fonte primária nos leva até o site “Transrespect versus Transphobia” (TvT), especificamente a seção “Trans Murder Monitoring” (TMM), que se propõe a monitorar o assassinato de pessoas trans no mundo todo, compilando dados de diversas fontes, principalmente de ONGs e notícias. A dificuldade quanto à integridade das informações é o fato de que a identidade de gênero da vítima pode não ser clara, já que ela não está registrada em documentos e depende da autodeclaração.

Tomemos como exemplo o caso Pamela Correia: seu nome consta na página 95 da lista de mortos de 2022 no TMM. A morte foi inicialmente noticiada como assassinato de pessoa trans (Libanio, 2022), no entanto, foi retificada, após investigações concluírem que o corpo encontrado era de um homem. A polícia e a comunidade LGBT da região confirmaram que o corpo não era de uma pessoa autodeclarada trans (Cristiane, 2022). Apesar da retificação, o nome Pamela Correia permanece no memorial como vítima de um assassinato (Remembering Our Dead, 2022).

É possível verificar também – com checagem simples – que nem todos os assassinatos são motivados por transfobia. Anna Maria Max de Souza, por exemplo, teria sido assassinada, segundo a polícia, para que não participasse de um júri como testemunha de acusação (Folha Vitória, 2022). Apesar disso, seu nome consta da página 171 do TMM para 2022, como motivado por ódio e transfobia (TvT, 2022).

Alguns dos casos listados como assassinato são, na verdade, mortes acidentais ou naturais. Um exemplo é o caso de Gabi Mattos, vítima de uma bala perdida (Metrópoles, 2022). Sua morte está na página 115 do TMM (TvT, 2022). Larah Skalkwalker, por sua vez, morreu por afogamento, sem sinais de violência, segundo o Instituto Médico Legal (G1, 2022). Ainda assim, sua morte aparece na página 190 da lista de 2022 (TvT, 2022). Já Flávia Luiza da Silva

⁷ “Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê”. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-e-travestis-aponta-dossie/>>. Acesso: 25/05/2025.

morreu de causas naturais durante um voo (Costa, 2017), e seu nome está na página 19 da lista de assassinatos lançada em 2018 pelo TMM (TvT, 2018).

A fragilidade do ranking que situa o Brasil como o país que mais mata pessoas trans torna-se evidente quando contrastada com iniciativas de ativismo de dados bem-sucedidas, como o *The Counted* (sobre letalidade policial nos EUA) e o *The Migrants' Files* (sobre mortes de migrantes na Europa), que alcançaram legitimidade porque adotaram critérios rigorosos de verificação, incluindo o cruzamento de fontes, a checagem de óbitos com registros oficiais (legistas e polícia) e o uso de inteligência de fontes abertas (OSINT) para confirmar a natureza dos eventos (Gray et al., 2016).

No caso do TMM, outros erros metodológicos também afetam os rankings: são problemas de comparabilidade entre países e erros na análise de médias e taxas. Como a disponibilidade de dados varia muito entre os países, alguns fornecem informações mais consistentes e detalhadas do que outros. Há também países que não coletam dado algum. Em 2022, o Brasil ficou em 12º lugar em um ranking que avaliou as proteções jurídicas, direitos civis e políticos, eficácia da atividade ativista e outros indicadores relativos à população transgênero de 204 países. O Brasil empatou com Austrália, Noruega e Uruguai. Nas piores posições estão os Emirados Árabes, Iêmen, Arábia Saudita e Sudão do Sul (FMGB, 2024). Como esses últimos países *não são incluídos nas estatísticas do TMM*, isso inviabiliza a padronização necessária para a produção de comparações globais e de rankings válidos.

Destacam-se ainda problemas no tratamento dos dados. O TMM utiliza números absolutos para comparar países, ao invés de usar médias ponderadas por número de habitantes, como é comum em indicadores dessa natureza. Ao comparar o número total de assassinatos em um país com população de 200 milhões com o número total em um país com população de 10 milhões, por exemplo, gera-se uma distorção grave.

Utilizando metodologia adequada, a taxa de mortalidade desta categoria no Brasil seria de 0,05/100 mil habitantes, isto é, 102 mortes de um universo total de 203.080.756 pessoas⁸, segundo a população brasileira estimada pelo IBGE. Em comparação, o México, país listado com 70 mortes pelo TMM de 2022, e

⁸ Panorama Censo 2022. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso: 17/06/2025.

que possuía, no mesmo ano, 128.613.117 habitantes⁹, teria uma taxa de mortes de 0,054 por 100 mil habitantes. Portanto, segundo as informações do próprio TMM, em 2022, não seria o Brasil o país mais perigoso, mas sim o México.

A falha na comparabilidade internacional do TMM reforça a tese de Gray et al. (2016) de que a validação de dados alternativos depende de alinhamento com padrões estatísticos reconhecidos. Assim, o ranking pode até cumprir uma função de denúncia, mas falha como instrumento de mensuração. Ao incorporar esse dado, o jornalismo propaga uma informação inverídica, minando a sua própria credibilidade.

⁹ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL?end=2022&locations=MX&start=1960>>. Acesso: 17/06/2025.

Síntese da análise dos dados

Quadro 1: Síntese das afirmações, fontes e análise metodológica.

Afirmação	Fontes e origem	Análise
"Expectativa de vida de 35 anos"	Dossiês da ANTRA, citando o livro "Travestis envelhecem?" (Pedro Antunes).	1. Circularidade: A ONG cita um livro que, por sua vez, cita declaração da presidente da própria ONG como fonte. 2. O dado foi criado a partir de uma entrevista pessoal transformada em estatística. 3. O dado confunde a média de idade das vítimas de assassinato em ano específico com expectativa de vida de uma população. 4. A ONG Rede Trans Brasil aponta que o número não expressa expectativa de vida, sendo apenas a média simples das mortes violentas de um ano específico, não aplicável à população geral.
"90% estão na prostituição"	ANTRA, baseada em estimativas de encontros de militantes e enquetes em redes sociais.	1. Amostragem viciada: Baseada em grupos autosselecionados (ativistas em eventos ou enquetes online), que não compõem uma amostra da população visada. 2. Falta de rigor: Não segue requisitos estatísticos de desenho amostral de pesquisa quantitativa. 3. Pesquisas mais robustas mostram números muito menores (ex: IPEDF/DF 2021 apontou que 78,6% tinham emprego formal).
"Brasil é o país que mais mata trans"	Ranking TMM (Trans Murder Monitoring), compilado pela Transrespect versus Transphobia e divulgado pelos dossiês da ANTRA.	1. Falhas na coleta e classificação dos casos: Inclusão indevida de casos (ex: mortes acidentais, causas naturais, balas perdidas e pessoas que não eram trans) contabilizados como transfobia. 2. Números Absolutos vs. Relativos: O ranking usa números totais, ignorando o tamanho da população (200 milhões). Se ajustado per capita, o Brasil (0,054 mortes/100 mil hab.) ficaria atrás de países como o México. 3. Incomparabilidade: Muitos países perigosos não coletam dados ou não têm imprensa livre, ficando fora do ranking, o que gera distorção e inviabiliza a comparação.

Fonte: Elaboração própria.

Impacto na agenda formal do Estado

Uma grave consequência da crise de credibilidade do jornalismo é o impacto nas políticas públicas. Não pretendemos elencar todas as políticas gestadas a partir de informações imprecisas – algo que demandaria a redação de outros artigos. Porém, a título de ilustração, apresentamos casos em que foi possível observar a influência do ativismo de dados sobre a questão transgênero:

1. A ação civil pública que visa condenar a União por danos morais pela ausência de reserva de vagas para pessoas transgênero no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) alega que essa reserva é necessária porque “o mercado de trabalho é escasso para travestis e mulheres trans, tendo a pesquisa constatado que 90% vive da prostituição” e porque o Brasil “é o país que mais mata travestis, mulheres e homens transexuais no mundo, há catorze anos consecutivos” (MPF, 2024).
2. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal publicou Acórdão criando equivalência entre a “homotransfobia” e o crime de racismo (ADO 26). Na ocasião, o Ministro Ricardo Lewandowski, em seu voto, afirmou que: “uma forma de resumir a violência homofóbica e transfóbica é perquirir sobre a expectativa de vida da pessoa trans (...) apenas 35 anos, metade da média nacional” (STF, 2019).
3. Existem ainda Projetos de Lei¹⁰ (PL) que usam algumas das afirmações analisadas: O PL nº 144/2021, do atual ministro Alexandre Padilha (PT), afirma que o Brasil lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans e que 90% dessa população recorre à prostituição; o PL nº 960/2023, da deputada trans Duda Salabert (PSB), menciona que 90% dessa população utilizaria a prostituição como fonte de renda e subsistência; e os PLs nº 354/2024 e nº 130/2025, ambos da deputada trans Erika Hilton (PSOL), reforçam a alegação de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo.

A análise de documentos públicos reforça a hipótese de que essa vertente do ativismo de dados tem influenciado não apenas os enquadramentos do jornalismo, mas também, e através dele, a agenda formal do Estado.

¹⁰ Os PL são disponibilizados para consulta pública em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>>.

Discussão dos resultados e considerações finais

O novo ambiente comunicacional, marcado pela modulação algorítmica, reconfigurou os processos de comunicação e a produção das notícias. Antes fundamentais, a credibilidade das fontes e a checagem rigorosa são hoje sufocadas pela lógica de mercado, em nome do impacto e engajamento. Quando é preciso produzir notícias de forma rápida e constante, dados alarmantes produzidos por ativistas tendem a prosperar sem contestação. Um caso emblemático foi narrado por Morozov:

Tendo acusado de forma irresponsável muitos portais sérios de fazerem propaganda russa – baseando-se, em parte, em uma reportagem realizada pela organização anônima PropOrNot –, o jornal [Washington Post] recentemente publicou um alerta sobre ataques cibernéticos russos a uma rede elétrica em Vermont (uma reportagem que foi compartilhada por outros portais, como o Observer). A verdade é que esses ataques não aconteceram e o Washington Post nem se preocupou em verificá-los com as empresas responsáveis pela rede elétrica (Morozov, 2018, p.185).

Sobre o episódio, Morozov comentou ainda: “Ouvir jornalistas profissionais reclamarem sobre esse problema sem reconhecer a própria culpa prejudica ainda mais a fé dos cidadãos nos especialistas” (Morozov, 2018, p. 186). Até pouco tempo, os jornais configuravam sistemas peritos relativamente confiáveis que, a partir dos critérios de objetividade, neutralidade e imparcialidade, faziam a mediação entre o indivíduo e o universo circundante. Ao longo do século XX, a apuração jornalística colaborou para a organização do debate público, “que de outra maneira não ultrapassaria o estágio de uma cacofonia de perspectivas singulares, cada uma informada apenas por suas experiências próprias” (Miguel, 2024, p. 5).

O cidadão contemporâneo, no entanto, desconfia do modelo *broadcast*, caracterizado pela emissão da mesma mensagem em larga escala. Submetido ao conteúdo dos grandes conglomerados de imprensa, o indivíduo sente-se restrito à pauta preestabelecida (*agenda setting*). A internet, em contrapartida, prometeu autonomia, pois nela o conteúdo pode ser buscado conforme o interesse do internauta. Contudo, essa percepção de liberdade é ilusória: ao acreditar que escolhe livremente, o cidadão está, na verdade, imerso na lógica dos algoritmos.

No modelo *broadcast*, a imprecisão e o sensacionalismo ficavam restritos aos veículos de estrutura pequena que se valiam de adaptações de *press releases* e matérias de apuração deficitária, mas com forte apelo emocional e, portanto, comercial. No contexto atual, a fragmentação de discursos na ambiência digital e a disputa comercial por cliques – expediente que iguala grandes e pequenas

estruturas de jornais – produziram um sentido de urgência, reduzindo o tempo para a apuração. A corrosão das condições de trabalho dos jornalistas aliada à preferência do público por fontes alternativas abriu brechas para que os profissionais assimilassem acriticamente informações de fontes não oficiais. Assim, para garantir o *timing* das publicações e a preferência do algoritmo, os veículos de notícia se apressam e cancelam argumentações e dados pouco confiáveis e, em grande parte das vezes, com conteúdo sensacionalista (“o país que mais mata”). As estatísticas ativistas, quando não verificadas com rigor, podem distorcer a realidade – o que, por sua vez, agrava a crise do jornalismo profissional.

Este artigo não rejeita ou pretende desacreditizar o ativismo de dados em sua totalidade e reconhece que o ativismo de setores da sociedade civil envolvidos na causa transgênero cumpre um papel de agitação e propaganda, levando a pauta à agenda pública. O problema maior é a recepção das suas afirmações, pois somente dados rigorosos podem fundamentar políticas públicas, ações estatais e figurar nas manchetes e notícias. Isso porque a necessidade de mobilizar a opinião pública pode levar ativistas de dados a adotarem estratégias que sacrificam o rigor em favor do impacto da estatística mais alarmante. Se essas estratégias podem ser eficazes para impactar, no entanto, elas podem ser problemáticas tanto para o jornalismo quanto para a sociedade.

Nossa análise demonstra que o jornalismo brasileiro tem falhado em fazer essa distinção. Ao tratar retóricas de mobilização como estatísticas válidas, a imprensa não apenas desinformou, mas legitimou a formulação de políticas públicas baseadas em premissas frágeis. As estatísticas hoje divulgadas no Brasil desenham uma imagem de extrema vulnerabilidade da população trans. Essa imagem, embora possa parecer bem-intencionada, pode levar à produção de estereótipos negativos (Cunha, 2023), fazendo com que pessoas trans internalizem a ideia de que estão fadadas à violência, à marginalização e à morte precoce. A repetição de narrativas negativas pode minar a autoestima e dificultar a busca por oportunidades e a construção de uma vida plena (Projeto Somos, 2023).

Há também a influência dos dados equivocados na formulação de políticas públicas. Quando se acredita que 90% da população trans está na prostituição e que sua expectativa de vida é de 35 anos, pode-se direcionar recursos e atenção para essa questão, negligenciando outras necessidades. No âmbito jurídico, dados imprecisos podem levar a decisões equivocadas e, até mesmo,

injustas. Dados robustos, embora locais (IPEDF, 2023), indicam alta escolaridade e perfil socioeconômico da população trans comparável e, por vezes, superior ao da população geral. Contudo, estudos não-representativos apontam a vulnerabilidade de subgrupos, como travestis pobres (CEDEC, 2021). A lacuna de dados nacionais oficiais impede um diagnóstico preciso e a construção de políticas públicas focadas nos vulneráveis.

Por tudo isso, é imperativo que a sociedade, o Estado e a mídia trabalhem juntos para promover uma cobertura jornalística responsável da questão transgênero no Brasil. Além disso, é fundamental que órgãos oficiais produzam dados precisos, qualificando o debate público. Os jornalistas, por sua vez, devem adotar práticas de apuração mais rigorosas, verificando os dados antes de publicá-los. Vale enfatizar que isso é de interesse do próprio jornalismo profissional, evitando incorrer na propagação, mesmo que não-intencional, de mais um tipo de desinformação – prática que a classe jornalística tanto tem lutado para combater.

Bibliografia

- ANTRA. **Dossiê dos Assassinatos e Violência contra Pessoas Trans em 2018**. Salvador: ANTRA; IBTE, 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso: 17 jun 2025.
- ANTRA. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**, 2021. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>. Acesso: 17 jun 2025.
- ANTRA. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**, 2022. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>>. Acesso: 17 jun 2025.
- ANTRA. **Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília, DF: ANTRA, 2023. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2023/01/dossieantra2023.pdf>>. Acesso: 17 jun 2025.
- BARROS FILHO, Clóvis. Agenda setting e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 5, p. 25-29, jan./abr. 1996.
- BERALDO, Davide; MILAN, Stefania. From data politics to the contentious politics of data. **Big Data & Society**, jul-dez 2019, p. 1-11
- BYRNE, Alex. **Trouble with Gender**. Cambridge: Polity Press, 2024.
- CARVALHO, Mário et al. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 319-351, ago. 2013.
- CEDEC. **Mapeamento das pessoas transgêneras na cidade de São Paulo**. São Paulo: SMDHC/CEDEC, 2021. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf>. Acesso: 17 jun 2025.
- COBB, Roger et al. Agenda building as a comparative political process. **The American Political Science Review**, v. 70, n. 1, p. 126–138, 1976.

COSTA, Gabriel. Brasileira morre durante viagem entre Recife e Paris. **G1 PB**, 26 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/brasileira-morre-durante-voe-entre-recife-e-paris-diz-itamaraty.ghtml>>. Acesso: 17 jun 2025.

CRISTIANE, Renata. Reviravolta / IML identifica corpo de vítima morta a tijoladas em Cabo Frio. **O Dia**, Cabo Frio, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/cabo-frio/2022/02/6330933-reviravolta-impl-identifica-corpo-de-vitima-morta-a-tijoladas-em-cabo-frio.html>>. Acesso: 17 jun 2025.

CUNHA, Leandro da. A importância da verificação dos dados e o risco para a credibilidade das pautas LGBTIAPN+. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 4, n. 1, p. III–VIII, 2023.

THE FRANKLIN & MARSHALL GLOBAL BAROMETERS (FMGB). **F&M Global Barometers: F&M Global Barometer of Gay Rights, F&M Global Barometer of Transgender Rights, and F&M Global Barometer of Unified LGBT Rights, 2011-2022**. Lancaster: F&M Global Barometers, 2024. Disponível em: <https://www.fandmglobalbarometers.org/>>. Acesso: 17 jun 2025.

DIDIER, Emannuel et al. O “estatativismo” como uso militante da quantificação. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 82-109, jan-abr 2021.

FLORIDI, Luciano. Brave.Net.World: the Internet as a Disinformation Superhighway?. **The Electronic Library**, Londres, v. 14, n. 6, p. 509-514, 1996.

FOLHA VITÓRIA. Quatro suspeitos são presos por morte de mulher trans em Itapemirim. **Folha Vitória**, 24 mai. 2022. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/policia/mulher-trans-morta-piuma-itapemirim/>>. Acesso: 17 jun 2025.

GARRY, Maryanne et al. Large language models (LLMs) and the institutionalization of misinformation. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 28, n. 12, p. 1078-1088, dez. 2024.

G1. Mulher trans encontrada em praia de Maceió morreu afogada, diz IML. **G1 AL**, 23 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/05/23/mulher-trans-encontrada-em-praia-de-maceio-morreu-afogada-diz-impl.ghtml>>. Acesso: 17 jun 2025.

GRAY, Jonathan. et al. **Changing What Counts: How Can Citizen-Generated and Civil Society Data be Used as an Advocacy Tool to Change Official Data Collection?** 3 de março 2016. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2742871>>. Acesso: 03 dez 2025

HENRIQUES, Rogério et al. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

IPEDF. **Retratos Sociais DF 2021 - População LGBTQIA+**. Brasília, DF: IPE/DF, 2023. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/12/Estudo-Retratos-Sociais-2021-Populacao-LGBTQIA.pdf>>. Acesso: 17 jun 2025.

LIBANIO, Leonardo. Travesti é morta a tijoladas em Cabo Frio, no RJ. **G1**, Região dos Lagos, 30 jan. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2022/01/30/travesti-e-morta-a-tijoladas-em-cabo-frio-no-rj.ghtml>>. Acesso: 17 jun 2025.

LISBOA, Vinícius. Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego. **Agência Brasil**, Brasília, 31 dez. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego>>. Acesso: 17 jun 2025.

METRÓPOLES. Polícia descarta hipótese de intolerância na morte de jovem trans. **Metrópoles**, 22 mar. 2022. Brasil. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/policia-descarta-hipotese-de-intolerancia-na-morte-de-jovem-trans>>. Acesso: 17 jun 2025.

MIGUEL, Luiz Felipe. Do declínio das mediações à decadência do debate público. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: Galoá, 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2024/trabalhos/do-declinio-das-mediacoes-a-decadencia-do-debate-publico?lang=pt-br>>. Acesso: 17 jun 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). Ação Civil Pública. 2024. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ac/sala-de-imprensa/docs/copy_of_ACPCotastransConcursounificado.pdf>. Acesso: 17 jun 2025.

MILAN, Stefania; VELDEN, Lonneke. The alternative epistemologies of data activism. **Digital Culture & Society**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 57–74, 2016.

MOROZOV, Erving. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu, 2018.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim et al. Dossiê: **A Geografia dos Corpos Trans - Análise da Expectativa de Vida das Pessoas Trans e Travestis Brasileiras com base nos dados eleitorais**. 10. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil; Uberlândia: IBTE, 2026.

PROJETO SOMOS. Você sabia que é falso dizer que a expectativa de vida das pessoas trans é de 35 anos? [@projetosomos.ufu]. [S. l.], 29 jun. 2023. Instagram: [Post]. Disponível em: <<https://www.instagram.com/projetosomos.ufu/>>. Acesso: 17 jun 2025.

RECUERO, Raquel et al. A desinformação narrada pela checagem: estudo das eleições de 2018 e 2022. **E-Compós**, v. 28, n. 1, p. 1-22, 2025.

REMEMBERING OUR DEAD. Pamela Correia. [S. l.], 30 jan. 2022. Disponível em: <https://tdor.translivesmatter.info/reports/2022/01/30/pamela-correia_cabo-frio-rio-de-janeiro-brazil_0b825582>. Acesso: 17 jun /2025.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE (TvT). **Trans Murder Monitoring: TMM TDoR 2018 Namelist**. Berlin: Transgender Europe, 2018. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_Namelist_EN.pdf>. Acesso: 17 jun 2025.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE (TvT). **Trans Murder Monitoring: TMM TDoR 2022 Namelist**. Berlin: Transgender Europe, 2022. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2022/11/TvT_TMM_TDoR2022_Namelist.pdf. Acesso: 17 jun 2025.

TRANSRESPECT VERSUS TRANSPHOBIA WORLDWIDE (TvT). **Trans Murder Monitoring: TMM TDoR 2023 Namelist**. Berlin: Transgender Europe, 2023. Disponível em: <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2023/11/TvT_TMM_TDoR2023_Namelist.pdf>. Acesso: 17 jun 2025.

VIEIRA, Eli. As estatísticas sobre trans no Brasil são pura narrativa. **Gazeta do Povo**, 02 de fev. 2021. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/estatisticas-sobre-trans-no-brasil/>>. Acesso: 17 jun 2025.

WARDLE, Claire et al. **Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policymaking**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.

Recebido em: 20/10/2025

Aceito em: 08/05/2026